MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE DESFAZIMENTO DE BENS Nº 01/2021 – MPF/BA

O **Ministério Público Federal**, por meio da **Procuradoria da República na Bahia,** inscrita no CNPJ: 26.989.715/0010-01, sediada na Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo - Doron. Salvador/ BA, torna público aos Órgãos Federais, Estados e Municípios, às autarquias e fundações públicas federais e dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e as associações ou cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto Federal nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que procederá ao desfazimento dos bens elencados no Anexo I deste Instrumento, em atendimento às determinações contidas no Decreto Federal nº 9.373, de 11 de maio de 2018, alterado pelo Decreto nº 9.813, de 30 de maio de 2019, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na IN 009/2019/MPF/SG/SA e IN 006/2019/MPF/SG/SA.

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de desfazimento de bens inservíveis pertencentes ao acervo patrimonial da Procuradoria da República no Município de Feira de Santana/BA, sediada na Rua Castro Alves, 1560, Kalilândia, Feira de Santana/ BA, conforme descrição no Anexo I deste edital.

2. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

2.1. Os órgãos e entidades interessados deverão encaminhar solicitação, juntamente com a documentação exigida, ao Secretário Estadual da Procuradoria da República na Bahia, mediante o modelo constante do Anexo II deste instrumento, exclusivamente pelo link www.protocolo.mpf.mp.br , sem necessidade de cadastro prévio no sistema eletrônico, indicando expressamente os itens/lotes de seu interesse, ordenando-os pelo critério de preferência e ou necessidade;

2.1.1. A solicitação deverá identificar a pessoa que detenha poderes para a prática do ato, assim como a pessoa que receberá os bens e assinará o respectivo Termo de Doação.

3. DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

3.1. Com base nos Arts. 5º e 6º, do Decreto 9.373/2018, os bens móveis **ociosos** e **recuperáveis** pertencentes ao acervo patrimonial do Ministério Público Federal na Bahia poderão ser movimentados em caráter permanente mediante as seguintes modalidades:

Assinado com login e senha por FREDERICO GUILHERME PENALVA MATTOS, em 19/02/2021 17:41. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 60BB62C8.4204B66E.D3812CFB.CC70062D

3.1.1. **Transferência interna** entre unidades do MPF;

-

3.1.2. **Transferência externa** entre Órgãos da União.

3.2. Na sequência, com fundamento no Art. 8°, do Decreto 9.373/2018, os bens móveis não transferidos conforme as modalidades previstas nos subitens 3.1.1 e 3.1.2 poderão, de acordo com sua classificação, ser doados em favor:

3.2.1. Quanto aos bens **ociosos** e/ou **recuperáveis**:

3.2.1.1. Das Autarquias e fundações públicas federais, e dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas;

3.2.1.2. De Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que participem do programa de inclusão digital do Governo federal, conforme disciplinado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e de entidades sem fins lucrativos regularmente constituídas que se dediquem à promoção gratuita da educação e da inclusão digital, desde que não se enquadrem nas categorias arroladas nos incisos I a VIII, X e XIII do *caput* do art. 2º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no caso de equipamentos, peças e componentes de tecnologia da informação e comunicação;

3.2.1.3. Excepcionalmente, mediante ato motivado do(a) Procurador(a)-Chefe, poderão ser doados em favor de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

3.2.2. Quanto aos bens **antieconômicos:**

3.2.2.1. Dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

3.2.3. Quanto aos bens **irrecuperáveis:**

3.2.3.1. De Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de associações ou cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

3.3. Não havendo beneficiários classificados conforme o expressamente previsto pelo Decreto nº 9.373/2018, descritos nos subitens 3.1 e 3.2, excepcionalmente, em atendimento ao interesse público, observadas as devidas cautelas e justificativas, os bens poderão ser destinados aos demais interessados, ainda que não pertencentes à respectiva categoria de bens em desfazimento.

4. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

4.1. Caso haja mais de um interessado em um item/lote específico, respeitando a ordem de preferência estabelecida no "subitem 3.1." e "subitem 3.2.", serão adotados os seguintes critérios de desempate:

4.1.1. Quanto à modalidade **transferência externa** terão prioridade os órgãos da União:

Assinado com login e senha por FREDERICO GUILHERME PENALVA MATTOS, em 19/02/2021 17:41. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 60BB62C8.4204B66E.D3812CFB.CC70062D

a) dos demais ramos do Ministério Público da União;

b) os vinculados à área da saúde;

c) os vinculados à área da educação;

d) os vinculados à área da segurança pública;

4.1.2. Quanto à **doação** terão preferência:

4.1.2.1. Entre autarquias e fundações públicas federais:

a) as vinculadas à área da saúde;

b) as vinculadas à área da educação;

c) as vinculadas à área da segurança pública;

4.1.2.2. Entre Estados, Distrito Federal e suas autarquias e fundações públicas:

a) aquele que possuir o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/pesquisas;

b) os órgãos e entidades estaduais que tenham vínculo com a área da saúde;

c) os órgãos e entidades estaduais que tenham vínculo com a área da educação;

d) os órgãos e entidades estaduais que tenham vínculo com a área da segurança pública;

4.1.2.3. Entre Municípios, suas autarquias e fundações públicas:

a) aquele que possuir o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/ pesquisas ;

b) os órgãos e entidades municipais que tenham vínculo com a área de saúde;

c) os órgãos e entidades municipais que tenham vínculo com a área de educação;

d) os órgãos e entidades municipais que tenham vínculo com a área de segurança pública.

4.1.2.4. No caso das entidades privadas sem fins lucrativos de mesma natureza ou categoria, a classificação far-se-á na seguinte ordem de prioridade:

a) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

b) aquela que possuir maior tempo de estatuto;

c) aquele que solicitar primeiro;

4.2. Persistindo o empate no critério estabelecido no "subitem 4.1" realizar-se-á sorteio, que deverá acontecer em sessão pública após a convocação formal dos interessados, observando-se a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Assinado com login e senha por FREDERICO GUILHERME PENALVA MATTOS, em 19/02/2021 17:41. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 60BB62C8.4204B66E.D3812CFB.CC70062D

4.2.1. Todos os interessados convocados na forma do item anterior participarão do sorteio, independentemente de seu comparecimento ao evento no dia e hora indicados, sendo inadmitidos questionamentos posteriores dos ausentes.

4.3. O órgão ou entidade contemplado com um ítem/lote só fará jus a outro caso não haja interessado.

5. DA DOCUMENTAÇÃO E HABILITAÇÃO

5.1. Os interessados deverão encaminhar a solicitação de transferência e doação com os seguintes documentos:

5.1.1. **Pessoas jurídicas de direito público** (Órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional ou outro órgão integrante de qualquer dos demais Poderes da União, e, ainda, dos órgãos e entidades dos Estados, Municípios e Distrito Federal):

a) Ofício ou requerimento da autoridade máxima do órgão ou entidade e indicações do endereço da sede e do número de inscrição no CNPJ;

b) Cópia autenticada do ato de nomeação ou posse do representante legal designado para representar o órgão ou entidade e para assinar o Termo de Doação, dispensada a autenticação na hipótese de documento publicado no Diário Oficial, com indicação dos dados da publicação;

c) Cópia simples de documento de identificação da autoridade a que se refere a "alínea b",com foto, no qual conste o número do RG e CPF.

5.1.2. **Pessoas jurídicas de direito privado** (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, associações ou cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006), conforme o caso:

a) Requerimento do responsável pela entidade (ANEXO II);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Cópia do ato constitutivo atualizado da entidade, devidamente registrado em órgão oficial;

d) Ata da Assembleia Geral da entidade com designação de seu atual presidente;

e) Documento de identificação do representante legal da entidade, com foto, do qual conste o número do RG e CPF, e documentação que comprove seus poderes e designação;

f) Comprovante de qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS, nos termos da Lei 9.790/1999;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), aos débitos trabalhistas e aoFundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Assinado com login e senha por FREDERICO GUILHERME PENALVA MATTOS, em 19/02/2021 17:41. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 60BB62C8.4204B66E.D3812CFB.CC70062D

h) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

5.2 Serão considerados habilitados os órgãos ou entidades que apresentarem a documentação exigida no prazo estabelecido neste Edital e que esteja, no mínimo, com validade até a emissão do respectivo Termo de Doação.

5.3 A inobservância do "subitem 5.2" implicará na eliminação do interessado do procedimento de transferência e doação, seguindo-se a convocação do próximo classificado, na forma descrita no "item 4".

6. DOS PRAZOS

6.1. O prazo para manifestação de interesse e de entrega de documentação consignadas no "item 2" e "item 5" é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de publicação deste Edital, podendo ser prorrogado no caso de ausência de interessados para os itens/lotes.

6.2. O resultado da ordem de classificação dos órgãos e entidades que manifestaram interesse pelo item/lote será publicado no Portal da Transparência do Ministério Público Federal, no endereço eletrônico http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/doacoes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da efetivação dos procedimentos internos de desfazimento de bens com suas respectivas baixas no sistema de patrimônio da unidade;

6.3. A partir da ciência, o Donatário que foi contemplado com o respectivo item/lote terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para o agendamento da retirada dos bens na Procuradoria da República no Município de Feira de Santana/BA . Decorrido esse prazo, não havendo manifestação do interessado, o Doador poderá desclassificá-lo e convocar o próximo da lista.

6.4. A retirada dos bens deverá ser realizada em dia e horário previamente ajustado com a Coordenadoria Administrativa da Procuradoria da República no Município de Feira de Santana/BA, pelo telefone (75) 3211-2000, e não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do agendamento, sob pena de serem destinados a outro interessado, observando-se os critérios de preferência e desempate previstos neste Edital.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O órgão ou a entidade que tenha recebido bens em transferência ou doação nos 12 (doze) meses anteriores à publicação do Edital somente será classificado se não houver outros interessados. Não estão incluídas neste critério as unidades do MPF.

7.2. As despesas com o carregamento e transporte dos materiais correrão por conta do Donatário, ao qual caberá retirá-los no local onde se encontrarem em data e horário previamente convencionados com o doador.

7.3. O órgão, entidade e ou instituição privada ficará impedido de pleitear nova transferência ou doação no Ministério Público Federal caso não recolha todos os itens do lote no prazo estipulado.

Assinado com login e senha por FREDERICO GUILHERME PENALVA MATTOS, em 19/02/2021 17:41. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 60BB62C8.4204B66E.D3812CFB.CC70062D

7.4. No caso de bens disponibilizados em lotes, a manifestação de interesse em recebê-los por transferência ou doação implicará a aceitação de todos os itens constantes do respectivo lote e no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo qualquer reclamação posterior quanto às qualidades intrínsecas ou extrínsecas que lhes são próprias;

7.5. Não será permitida a devolução de bens sob qualquer hipótese;

7.6. O não atendimento das disposições previstas na Lei 12.305/2010 ou de seu regulamento, independentemente da existência de culpa, obriga os infratores a reparar os danos causados, sem prejuízo das sanções previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998.

7.7. Os casos omissos porventura existentes serão submetidos à Coordenadoria de Administração e deliberados pela Secretaria Estadual, em conformidade com a legislação vigente.

7.8. As eventuais dúvidas devem ser dirigidas à Coordenadoria Administrativa da Procuradoria da República no Município de Feira de Santana/BA, pelo telefone (75) 3211-2000, ou no endereço eletrônico prba-prmfs@mpf.mp.br.

Salvador, *na data da assinatura eletrônica.*

Frederico Guilherme Penalva Mattos

Secretário Estadual

Assinado com login e senha por FREDERICO GUILHERME PENALVA MATTOS, em 19/02/2021 17:41. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 60BB62C8.4204B66E.D3812CFB.CC70062D

ANEXO I

Ordem	Item	Nº Patrimonial	Classificação
1	LIVRO: TÍTULO: VADE MECUM SARAIVA 2007 C/CDROOM – EDITORA: SARAIVA – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2007	14504474	Antieconômico
2	LIVRO: TÍTULO: VADE MECUM RT – EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2009 – EDIÇÃO: 4ª	14505325	Antieconômico
3	LIVRO: TÍTULO: DIREITO CONSTITUCIONAL – AUTOR: MORAES, ALEXANDRE DE – EDITORA: ATLAS	14503494	Antieconômico
4	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO – AUTOR: SILVA, JOSÉ AFONSO DA – EDITORA: MALHEIROS – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2009 – Nº DE CHAMADA: 341.2 SIL-CUR – EDIÇÃO 32. ED., REV. E ATUAL.	14505579	Antieconômico
5	LIVRO: TÍTULO: DIREITO ADMINISTRATIVO – AUTOR: DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA – EDITORA: ATLAS	14503447	Antieconômico
6	LIVRO: TÍTULO: DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO – AUTOR: MEIRELLES, HELY LOPES – EDITORA: MALHEIROS	14503453	Antieconômico
7	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO – AUTOR: MELLO, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE – EDITORA: MALHEIROS – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2009 – Nº DE CHAMADA: 341.3 M527C – EDIÇÃO: 26. ED., REV. E ATUAL. ATÉ A EC 57, DE 18.12.2018	14505541	Antieconômico
8	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO – AUTOR: NUCCI, GUILHERME DE SOUZA – EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2008 – EDIÇÃO: 8ª	14505351	Antieconômico
9	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO – AUTOR: NUCCI, GUILHERME DE SOUZA – EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2009 – Nº DE CHAMADA: 341.43 Nuc-COD – EDIÇÃO: 9. ED. REV., ATUAL. E AMPL.	14505791	Antieconômico
10	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE PROCESSO PENAL – AUTOR: OLIVEIRA, EUGÊNIO PACELLI – EDITORA: LUMEN JURIS – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2007	14504552	Antieconômico
11	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO E LEGISLAÇÃO – AUTOR: NERY JUNIOR, NELSON – EDITORA: RT – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2007	14504637	Antieconômico
12	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO PENAL COMENTADO – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR – AUTOR: DELMANTO, CELSO – EDITORA: RENOVAR – VOLUME: 1	14503310	Antieconômico
13	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO PENAL COMENTADO – AUTOR: NUCCI, GUILHERME – EDITORA: RT – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2007	14504501	Antieconômico
14	LIVRO: TÍTULO: LEGISLAÇÃO CRIMINAL ESPECIAL – EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS – ANO DE PUBLICAÇÃO: 2009 – Nº DE CHAMADA: 341.51 GOM-LEG	14505848	Antieconômico
15	LIVRO : TÍTULO: CÓDIGO PROCESSO CIVIL COMENTADO - SUBTÍTULO: ARTIGO POR ARTIGO - AUTOR: MARINONI, LUIZ GUILHERME- EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14505938	Antieconômico
16	LIVRO: TÍTULO: LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO AMBIENTAL E CONSTITUIÇÃO FEDERAL/MARCELO BUZAGLO DANTAS. - ANO DE PUBLICACAO: 2009	14505727	Antieconômico
17	LIVRO: TÍTULO: LEGISLAÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS/ COLEÇÃO SARAIVA DE LEGISLAÇÃO - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14507011	Antieconômico
18	LIVRO : TÍTULO: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - AUTOR: MARINONI, LUIZ GUILHERME - EDITORA: RT - ANO DE PUBLICACAO: 2006	14504492	Antieconômico
19	LIVRO: TÍTULO: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990). LEI 8.069/1990. OBRA COLETIVA DE AUTORIA DA EDITORA SARAIVA - AUTOR: PINTO, ANTONIO LUIZ DE TOLEDO; WINDT, MARCIA CRISTINA V. DOS SANTOS; CÉSPEDES, LÍVIA (COLAB). - EDITORA: SARAIVA	14503398	Antieconômico

20	LIVRO: TÍTULO: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AUTOR: DINAMARCO, CÂNDIDO R. - EDITORA: MALHEIROS - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - N° DE CHAMADA: 341.46 D583i - EDICAO: 6. ED., REV. E ATUAL.	14505553	Antieconômico
21	LIVRO: TÍTULO: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AUTOR: DINAMARCO, CÂNDIDO R. - EDITORA: MALHEIROS - N° DE CHAMADA: 341.46 D583idp - EDICAO: 3. ED., REV. E ATUAL.	14505594	Antieconômico
22	LIVRO: TÍTULO: LIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AUTOR: CAMARA, ALEXANDRE FREITAS. EDITORA: LUMEN JURIS - VOLUME: VOL 2	14503411	Antieconômico
23	LIVRO: TÍTULO: LIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. - AUTOR: CAMARA, ALEXANDRE FREITAS. - EDITORA: LUMEN JURIS - VOLUME: VOL. 3	14503416	Antieconômico
24	LIVRO: TÍTULO: A DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS EM JUIZO: MEIO AMBIENTE, CONSUMIDOR, PATRIMÔNIO CULTURAL, PATRIMÔNIO PÚBLICO E OUTROS INTERESSES. - AUTOR: MAZZILLI, HUGO NIGRO. - EDITORA: SARAIVA	14503427	Antieconômico
25	LIVRO: TÍTULO: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL - AUTOR: CARVALHO, VLADIMIR SOUZA. - EDITORA: JURUA	14503403	Antieconômico
26	LIVRO: TÍTULO: A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL - SUBTÍTULO: À LUZ DA CONSTITUIÇÃO - AUTOR: MOREIRA, JAIRO CRUZ - EDITORA: DEL REY - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - N° DE CHAMADA: 341.413 M837	14505894	Antieconômico
27	LIVRO: TÍTULO: AÇÃO CIVIL PÚBLICA: COMENTÁRIOS POR ARTIGO - LEI 7347, DE 24-07-85. - AUTOR: CARVALHO FILHO, JOSÉ DOS SANTOS. - EDITORA: LUMEN JURIS	14503420	Antieconômico
28	LIVRO: TÍTULO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - AUTOR: GARCIA, Emerson; ALVES, Rogerio Pacheco - EDITORA: LUMEN JURIS - ANO DE PUBLICACAO: 2008 - EDICAO: 4ª	14505432	Antieconômico
29	LIVRO: TÍTULO: POR DENTRO DO MPF: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA JORNALISTAS - AUTOR: OLIVEIRA, MARIA CÉLIA NÉRI DE - EDITORA: BRASÍLIA: PGR/ASSCOM - ANO DE PUBLICACAO: 2005	14504194	Antieconômico
30	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO: ARTIGO POR ARTIGO/LUIZ GUILHERME MARINONI/DANIEL MITIDIERO - EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS - ANO DE PUBLICACAO: 2013	14507691	Antieconômico
31	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO PENAL E SUA INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL - AUTOR: FRANCO, ALBERTO S. - EDITORA: RT	14504651	Antieconômico
32	LIVRO: TÍTULO: *3129 TOURINHO NETO, FERNANDO DA C.; FIGUEIRA JR, JOEL DIAS. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CIVEIS E CRIMINAIS. SAO PAULO. RT, 2002. - ANTIGO DO ANTIGO: 6081	14502452	Antieconômico
33	LIVRO: TÍTULO: MANDADO DE SEGURANÇA: AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, MANDADO DE INJUNÇÃO, HABEAS DATA, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. - AUTOR: MEIRELLES, HELY LOPES - EDITORA: MALHEIROS	14503432	Antieconômico
34	LIVRO: TÍTULO: INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - AUTOR: CARNEIRO, ATHOS GUSMÃO - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14506968	Antieconômico
35	LIVRO: TÍTULO: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AUTOR: DINAMARCO, CÂNDIDO R. - EDITORA: MALHEIROS - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - N° DE CHAMADA: 341.46 D583i - EDICAO: 6. ED., REV. E ATUAL.	14505524	Antieconômico
36	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE PROCESSO PENAL - AUTOR: OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. - EDITORA: LUMEN JURIS - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - EDICAO: 11ª	14505036	Antieconômico
37	LIVRO: TÍTULO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - AUTOR: GARCIA, EMERSON - EDITORA: LUMEN JURIS - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14506694	Antieconômico

38	LIVRO: TÍTULO: MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL / DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES - EDITORA: MÉTODO - ANO DE PUBLICACAO: 2012	14507536	Antieconômico
39	LIVRO: TÍTULO: CODIGO CIVIL, 11ª ED. REV. AUM E ATUAL DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL (LEI 10.406, DE 10-01-2002). - AUTOR: DINIZ, MARIA HELENA. - EDITORA: SARAIVA	14503358	Antieconômico
40	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO - AUTOR: NERY JÚNIOR, NELSON - EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14506009	Antieconômico
41	LIVRO: TÍTULO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMENTADA E LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL - AUTOR: NERY JÚNIOR, NELSON - EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - N° DE CHAMADA: 341.2481 NER-CON - EDICAO: 2. ED., REV., AMPL. E ATUAL.	14505909	Antieconômico
42	LIVRO: TÍTULO: MANUAL DE PROCESSO PENAL E EXECUÇÃO PENAL - AUTOR: NUCCI, GUILHERME DE SOUZA - EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS - ANO DE PUBLICACAO: 2011	14507303	Antieconômico
43	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AUTOR: DIDIER, FREDIE - EDITORA: JUSPODIVM - VOLUME: 1 - ANO DE PUBLICACAO: 2007	14504442	Antieconômico
44	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AUTOR: DIDIER, FREDIE - EDITORA: JUSPODIVM - VOLUME: 3 - ANO DE PUBLICACAO: 2007	14504456	Antieconômico
45	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AUTOR: DIDIER, FREDIE - EDITORA: JUSPODIVM - VOLUME: 4 - ANO DE PUBLICACAO: 2007	14504466	Antieconômico
46	LIVRO: TÍTULO: ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA - AUTOR: ISHIDA, VÁLTER KENJI - EDITORA: ATLAS - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14506906	Antieconômico
47	LIVRO: TÍTULO: A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO COMO CUSTOS LEGIS - AUTOR: LIMA, FERNANDO ANTÔNIO NEGREIROS - EDITORA: MÉTODO - ANO DE PUBLICACAO: 2007 - N° DE CHAMADA: 341.413 L732imp	14505652	Antieconômico
48	LIVRO: TÍTULO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL INTERPRETADA PELO STF. - AUTOR: CUSTODIO, A. J. FERREIRA. - EDITORA: J DE OLIVEIRA	14503489	Antieconômico
49	LIVRO: TÍTULO: DIREITO TRIBUTÁRIO - AUTOR: MACHADO, HUGO DE BRITO - EDITORA: MALHEIROS	14503542	Antieconômico
50	LIVRO: TÍTULO: CRIMES ELEITORAIS/SUZANA DE CAMARGO GOMES - EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS - ANO DE PUBLICACAO: 2008	14506068	Antieconômico
51	LIVRO: TÍTULO: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AUTOR: DINAMARCO, CÂNDIDO R. - EDITORA: MALHEIROS - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - N° DE CHAMADA: 341.46 D583i - EDICAO: 6. ED., REV. E ATUAL.	14505514	Antieconômico
52	LIVRO: TÍTULO: CRIMES FEDERAIS - AUTOR: BALTAZAR JUNIOR, JOSÉ PAULO - EDITORA: LIVRARIA DO ADVOGADO - ANO DE PUBLICACAO: 2010 - N° DE CHAMADA: 341.551 B197c - EDICAO: 5. ED., REV. E ATUAL.	14505763	Antieconômico
53	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL - AUTOR: MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - EDICAO: 4ª	14504956	Antieconômico
54	LIVRO: TÍTULO: DIREITO CONSTITUCIONAL ESQUEMATIZADO - AUTOR: LENZA, PEDRO - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14506594	Antieconômico
55	LIVRO: TÍTULO: MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - AUTOR: CARVALHO FILHO, José dos Santos - EDITORA: LUMEN JURIS - ANO DE PUBLICACAO: 2008 - EDICAO: 20ª	14505452	Antieconômico
56	LIVRO: TÍTULO: DIREITO ADMINISTRATIVO / MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO - EDITORA: ATLAS - ANO DE PUBLICACAO: 2014	14507998	Antieconômico

57	LIVRO: TÍTULO: MANUAL DE PROCESSO PENAL - AUTOR: TOURINHO FILHO, FERNANDO DA COSTA - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2010 - Nº DE CHAMADA: 343.1 T727m - EDICAO: 13.. ED. ATUAL.	14506062	Antieconômico
58	LIVRO: TÍTULO: PROBIDADE ADMINISTRATIVA: COMENTÁRIOS À LEI 8429, DE 1992 E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR. - AUTOR: SANTOS, MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO - EDITORA: MALHEIROS	14503466	Antieconômico
59	LIVRO: TÍTULO: A FAZENDA PÚBLICA EM JUIZO/LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA - EDITORA: DIALÉTICA - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14505982	Antieconômico
60	LIVRO: TÍTULO: COMPETÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 - AUTOR: ALMEIDA, FERNANDA DIAS MENEZES DE - EDITORA: ATLAS - ANO DE PUBLICACAO: 2010	14506632	Antieconômico
61	LIVRO: TÍTULO: CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - AUTOR: MACHADO, Hugo de Brito. - EDITORA: ATLAS - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - EDICAO: 2ª	14504951	Antieconômico
62	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO - AUTOR: PAULSEN, Leandro - EDITORA: LIVRARIA DO ADVOGADO - ANO DE PUBLICACAO: 2008 - EDICAO: 2ª	14504979	Antieconômico
63	LIVRO: TÍTULO: CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (INCLUI OS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL - ART. 168A, 337A DO CP). - AUTOR: EISELE, ANDREAS. - EDITORA: DIALÉTICA	14503549	Antieconômico
64	LIVRO: TÍTULO: DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO - AUTOR: AMARO, LUCIANO - EDITORA: SARAIVA	14503544	Antieconômico
65	LIVRO: TÍTULO: CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO - AUTOR: IBRAHIM, Fábio Zambitte - EDITORA: IMPETUS - ANO DE PUBLICACAO: 2009 - EDICAO: 14	14505492	Antieconômico
66	LIVRO: TÍTULO: VADE MECUM SARAIVA - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2012	14507283	Antieconômico
67	LIVRO: TÍTULO: VADE MECUM SARAIVA - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2014 - Nº DE CHAMADA: 340.0981 BRA-VAD - EDICAO: 18. ED., ATUAL. E AMPL. - TRADUÇÃO: LEIS ETC.	14508164	Antieconômico
68	LIVRO: TÍTULO: VADE MECUM - EDITORA: REVISTA DOS TRIBUNAIS - ANO DE PUBLICACAO: 2012	14507519	Antieconômico
69	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO CIVIL E CONSTITUIÇÃO FEDERAL - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2014 - Nº DE CHAMADA: 342.1 B823c - EDICAO: 65. ED. - TRADUÇÃO: CÓDIGO CIVIL (2002)	14508282	Antieconômico
70	LIVRO: TÍTULO: DIREITO PENAL ECONÔMICO - EDITORA: LIV. DO ADVOGADO	14504586	Antieconômico
71	LIVRO: TÍTULO: COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E SUA JURISPRUDÊNCIA/ EUGENIO PACELLI E DOUGLAS FISCHER - EDITORA: ATLAS - ANO DE PUBLICACAO: 2012	14507502	Antieconômico
72	LIVRO: TÍTULO: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL EM VIGOR - AUTOR: NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira; BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar (Colab.). - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2008 - EDICAO: 40ª	14505173	Antieconômico
73	LIVRO - - TÍTULO: COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - AUTOR: NUNES, RIZZATO - EDITORA: SARAIVA - ANO DE PUBLICACAO: 2007	14504670	Antieconômico

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

EDITAL DE DESFAZIMENTO DE BENS N° 01/2021 - MPF/BA

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO

Senhor Secretário Estadual do Ministério Público Federal na Bahia, a(o) (Órgão/entidade)_____,
UG/CNPJ_____, localizado(a) no endereço _____,
e-mail_____,
telefone de contato(__)_____,representado(a) neste ato pelo(a) Sr.(a) _____,
CPF_____, matrícula nº (se houver)_____, nos termos do Edital de Desfazimento de Bens nº 01/2021 - MPF/BA; da Lei 8.666/1993; do Decreto 9.373/18, da Lei n. 12.305/2010, da IN nº 009/2019/MPF/SG/SA e IN nº 006/2019/MPF/SG/SA, vem solicitar a V. Sa. a transferência/doação dos bens constantes do Anexo I do presente Edital. Nesse ensejo, vem indicar o(a) Sr.(a) _____,
_____(cargo), CPF nº _____, matrícula nº_____ (se houver), telefone (__)_____ para, em nome deste requerente, receber os bens no local em que se encontram, em dia e horário a combinar.

_____, ___/___/_____. Local e data

_____

Assinatura e Carimbo

Observações:

1. A solicitação e a documentação exigida deverá ser encaminhada no formato PDF, exclusivamente pelo link www.protocolo.mpf.mp.br, sem necessidade de cadastro prévio no sistema eletrônico, indicando os itens/lotes de seu interesse, ordenando-os pelo critério de preferência e ou necessidade;

2. Os órgãos e entidades interessados não habilitados serão intimados por intermédio do correio eletrônico informado, com os motivos da inabilitação, em cumprimento ao Art. 3º, inciso II, da Lei nº 9.784/1999.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:
PRM-FSA-BA-00000689/2021 - EDITAL nº 1-2021

Complementar - Arquivos Diversos - PARTE 1

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

EDITAL DE DESFAZIMENTO BENS Nº 01_2021.odt

Anexo I Tabela de bens antieconômicos.ods

Anexo II - Formulário de solicitação.odt